

**CONTRATO CEDAE N.º 159 /2019 (DSG)**

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus Diretores ao final assinados, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e Sr. MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI, Diretor de Saneamento e Grande Operação, doravante denominada **CEDAE**, e a **MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA**, sediada na Rua da Batata, nº 490, Penha Circular, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21.011-020, inscrita no CNPJ sob o n.º 25.319.752/0001-40, neste ato por meio de seus Sócios Administradores ao final assinados, Sr. MANOEL BULHOSA FERNANDES, brasileiro, empresário, portador da carteira nacional de habilitação nº 0024430351 (DETRAN/RJ), inscrito no CPF sob nº 185.355.697-15, residente e domiciliado na Rua Mário Covas Junior, nº 215, Apt. 306, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22.631-030 e Sr. CAIO MARCOS DE OLIVEIRA, brasileiro, empresário, portador da carteira nacional de habilitação nº 00408750677, inscrito no CPF sob nº 314.499.057-49, residente e domiciliado na Rua Domingos Araújo, nº 410, Piratininga, Niterói – RJ, CEP: 24.350-405, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.344/2019**, mediante **Pregão Eletrônico nº 637/2019**, que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE - RILC pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002 e na Lei Complementar Federal nº 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no edital de licitação e seus anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente contratação tem por objeto a execução de serviço de **"LOCAÇÃO DE 09 (NOVE) CONTÊINERES DE ESCRITÓRIO COM BANHEIRO, PARA OS CANTEIROS DE OBRA DA GERÊNCIA DE OBRAS DA DIRETORIA DE SANEAMENTO E GRANDE OPERAÇÃO - GDSG-8"** conforme Pregão Eletrônico nº 637/2019.

**Parágrafo Único** - Inserem-se no escopo desta contratação, embora não transcritos, o detalhamento contido nos Anexos do Edital de Licitação por Pregão Eletrônico nº. 637/2019, bem como a proposta da contratada, autuada às fls. 387/390 do processo administrativo referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- Fornecer às **CONTRATADAS** documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato;

Av. Pres. Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro.  
CNPJ: 33.352.394/0001-04  
MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA  
SÓCIO/ADM: MANOEL BULHOSA FERNANDES  
CPF: 185.355.697-15

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: CAIO MARCOS DE OLIVEIRA  
CPF: 314.499.057-49



- c) Exercer a fiscalização do contrato; e
- d) Aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas nos documentos anexos ao Edital que ensejou a presente contratação - Pregão Eletrônico nº 637/2019.

- a) Conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor;
- b) Abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da **CEDAE**, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) Providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) Manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) Prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução dos serviços, responsabilizando-se, perante terceiros e **CEDAE**, pelos prejuízos decorrentes;
- f) Providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) Enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) Manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) Cumprir todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, decorrentes da prestação de seus serviços; e
- j) Demonstrar, apenas quando possuir mais de 100 (cem) empregados alocados a este contrato, o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos:
  - 1) até 200 empregados = 2%;
  - 2) de 201 a 500 empregados = 3%;
  - 3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e
  - 4) de 1.001 em diante = 5%.
- k) A **CONTRATADA** indicará como responsável pelos serviços, ora contratados, JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Engenheiro Civil, Identidade nº 03547769-4 (IFP-RJ), inscrito no CPF sob o nº 403.635.897-91 e no CREA/RJ sob o nº 136.753/D, que fica autorizado a representá-la, perante a **CEDAE**, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: MANOEL BULHOSA FERNANDES  
CPF: 185.355.697-13

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: CAIO MARCOS DE OLIVEIRA  
CPF: 314.499.057-49





#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de **12 (doze) meses** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

**Parágrafo Único** - Esta contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos totais de vigência, desde que observados os requisitos constantes do art. 203 do RILC.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de **2019**, assim classificadas:

Centro de Custos: DG00070000  
 Fonte: 10  
 Código Orçamentário: 33903914  
 Programa de Trabalho: 22000022016  
 Conta Contábil: 411110312  
 ID da Reserva Orçamentária: 2019000876

#### CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

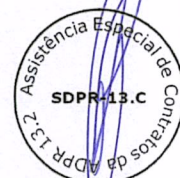
A presente contratação será realizada em regime de execução por preço unitário sendo o seu valor total de **R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais)**, conforme tabela abaixo:

PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS						
0,00	Descrição dos Materiais/Serviços	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Mensal	Valor Anual
<b>01 LOCAÇÃO DE CONTÊINERES TIPO ESCRITÓRIO COM BANHEIRO PARA GERÊNCIA SDSG-8</b>						
<b>01.01</b>	<b>ALUGUEL CONTÊINER TIPO ESCRITÓRIO COM BANHEIRO, MEDINDO 2,40 M LARGURA; 6,0M COMPRIMENTO E 2,60M ALTURA.</b>	<b>UN</b>	<b>9</b>	<b>R\$ 685,18</b>	<b>R\$ 6.166,67</b>	<b>R\$ 74.000,00</b>
<b>TOTAL:</b>						<b>R\$ 74.000,00</b>

CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO														
Item	Descrição	Total	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
01.01	ALUGUEL CONTÊINER TIPO ESCRITÓRIO COM BANHEIRO, MEDINDO 2,40 M LARGURA; 6,0M COMPRIMENTO E 2,60M ALTURA.	R\$ 74.000,00	R\$ 6.166,67	R\$ 6.166,67	R\$ 6.166,67	R\$ 6.166,67	R\$ 6.166,67	R\$ 6.166,67	R\$ 6.166,67	R\$ 6.166,67	R\$ 6.166,67	R\$ 6.166,67	R\$ 6.166,67	R\$ 6.166,67
		100%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,4%	8,4%	8,4%	8,4%
	TOTAL	R\$ 74.000,00	R\$ 6.142,00	R\$ 6.142,00	R\$ 6.142,00	R\$ 6.142,00	R\$ 6.142,00	R\$ 6.142,00	R\$ 6.142,00	R\$ 6.142,00	R\$ 6.216,00	R\$ 6.216,00	R\$ 6.216,00	R\$ 6.216,00

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
 CNPJ: 25.319.752/0001-40  
 SÓCIO/ADM: MANOEL BULHOSA FERNANDES  
 CPF: 185.355.697-15

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
 CNPJ: 25.319.752/0001-40  
 SÓCIO/ADM: CAIO MARCOS DE OLIVEIRA  
 CPF: 314.499.057-49





**Parágrafo Primeiro** - O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, transportes, cargas, descargas, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras, bem como despesas com frete, instalação, EPI/EPC e demais componentes, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste edital, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal bem quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços, ainda que não previstas textualmente no edital de licitação e no contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

**Parágrafo Primeiro** - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

**Parágrafo Segundo** - É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

**Parágrafo Terceiro** - A **CONTRATADA** deverá refazer **aquilo** que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

**Parágrafo Quarto** - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**Parágrafo Quinto** - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários.

**Parágrafo Sexto** - A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

**Parágrafo Sétimo** - Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "j" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato, se for o caso.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: MANOEL BULHOSA FERNANDES  
CPF: 185.355.697-15

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: CAIO MARCOS DE OLIVEIRA  
CPF: 314.499.057-49





**Parágrafo Primeiro** - A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**Parágrafo Segundo** - A contratada deverá apresentar mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a) Medição/detalhamento do serviço prestado;
- b) Declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "j", deste instrumento;

**Parágrafo Terceiro** - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

**Parágrafo Quarto** - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima terceira.

**Parágrafo Quinto** - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

**Parágrafo Sexto** - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da **CONTRATADA**, o edital da licitação por Pregão Eletrônico - PE nº 637/2019 - ADPR-30 (Processo E-07/100.344/2019) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos bem como o Acordo de Nível de Serviço - ANS partes integrantes do presente contrato - Anexos I.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **CEDAE** pagará mensalmente à **CONTRATADA** o valor dos serviços executados no período, observando, como limite, os valores reservados para esta contratação.

**Parágrafo Primeiro** - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** emitirá as faturas/notas fiscais de seus serviços ao final de cada período de 30 (trinta) dias, cujos percentuais se limitarão aos valores reservados para esta contratação.

**Parágrafo Terceiro** - Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de até 30 (trinta) dias contados de cada período de adimplemento, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na



cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

**Parágrafo Quarto** - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

**Parágrafo Quinto** - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada impedirá a concessão do atesto, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

**Parágrafo Sexto** - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

**Parágrafo Sétimo** - Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

**Parágrafo Oitavo** - A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

**Parágrafo Nono** - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die"; e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". **Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE**

O valor contratado poderá ser reajustado a cada 12 meses pelo IGPM/FGV iniciando-se a contagem deste prazo a partir da data de apresentação da proposta, conforme expressão matemática a seguir.

$$R = \frac{Po [I - Io]}{Io}$$

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = Índice IGPM/FGV correspondente ao mês do reajustamento

Io = Índice IGPM/FGV correspondente a data da apresentação da proposta

a) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.

b) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquele referente à fatura dos serviços.



**Parágrafo Primeiro** - A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

**Parágrafo Segundo** - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da **CONTRATADA** dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da **CEDAE**, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

**Parágrafo Terceiro** - A inércia da **CONTRATADA** em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

**Parágrafo Quarto** - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta.

**Parágrafo Quinto** - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

**Parágrafo Sexto** - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA**

Não será exigida garantia contratual

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a cessão, a sub-rogação ou subcontratação nos serviços contratados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**Parágrafo Primeiro** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**Parágrafo Segundo** - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da **CEDAE**.

**Parágrafo Terceiro** - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CEDAE**, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da **CEDAE**.



**Parágrafo Quarto** - A **multa administrativa**, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) Corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- ii) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) Não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima segunda, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

**Parágrafo Quinto** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da **CEDAE**, observando o seguinte:

- i) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) Sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de não apresentação da documentação prevista na cláusula oitava.

**Parágrafo Sexto** - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

**Parágrafo Sétimo** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

**Parágrafo Oitavo** - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

**Parágrafo Nono** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.



I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**Parágrafo Décimo** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima segunda, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

**Parágrafo Primeiro** - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - Ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II - Acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou

III - Decisão judicial ou arbitral.

**Parágrafo Segundo** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo Terceiro** - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

**Parágrafo Quarto** - A rescisão por ato unilateral da CEDAE, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

**Parágrafo Quinto** - A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

**Parágrafo Sexto** - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.



**Parágrafo Único** - Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

**Parágrafo Primeiro** - As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

**Parágrafo Segundo** - A existência de matriz de risco para esta contratação impedirá a celebração de aditivo para os eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO**

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**Parágrafo Único** - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA**

Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de parecer circunstanciado para aceitação provisória (doc. ref. Anexo VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

**Parágrafo Primeiro** - A competência para a emissão do parecer circunstanciado para aceitação provisória será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

**Parágrafo Segundo** - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.



**Parágrafo Terceiro** - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

**Parágrafo Quarto** - Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do termo de aceitação provisória (doc. Ref. Anexo I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

I) A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

(I) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplimento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

II) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

III) Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

IV) A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.

V) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

VI) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

VII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

VIII) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplimento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.



IX) O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE – RILC, casos em que será substituído pela emissão de simples “recibo”, conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviços n. 14.693/2017, que permanecerá aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC.

**Parágrafo Quinto** - A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS**

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

**Parágrafo Primeiro** - A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do termo de aceitação definitiva (doc. Ref. Anexo VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

**Parágrafo Segundo** - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

**Parágrafo Terceiro** - De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

**Parágrafo Quarto** - No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

**Parágrafo Quinto** - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

**Parágrafo Sexto** - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

**Parágrafo Sétimo** - A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE - LEI ESTADUAL 7.753/2017**

**Parágrafo Primeiro** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;



d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou

e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**Parágrafo Terceiro** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**Parágrafo Quarto** - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

**Parágrafo Quinto** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

**Parágrafo Sexto** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**Parágrafo Sétimo** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**Parágrafo Oitavo** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**Parágrafo Nono** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**Parágrafo Décimo** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**Parágrafo Décimo Segundo** - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.



**Parágrafo Décimo Quarto** - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

**Parágrafo Único** - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.


#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO DE ELEIÇÃO**

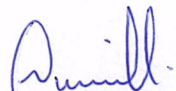
Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

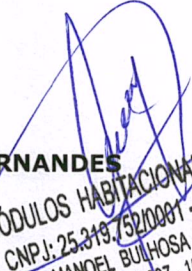
Rio de Janeiro, 13 de NOVENBRO de 2019.

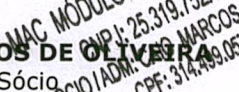
Pela **CEDAE**:

  
**JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR**  
Diretor Financeiro e de Relações com  
Investidores

  
**MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI**  
Diretor de Saneamento e Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:

  
**MANOEL BULHOSA FERNANDES**  
Sócio  
**MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.**  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: MANOEL BULHOSA FERNANDES  
CPF: 185.355.697-15

  
**CAIO MARCOS DE OLIVEIRA**  
Sócio  
**MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.**  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: CAIO MARCOS DE OLIVEIRA  
CPF: 314.499.057-49

TESTEMUNHAS:

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_

Ref.contr-MAC-MODULOS-contratação-de-empresa-especializada-para-locação-de-09-containers-de-escritório-PE-637-2019-VBO



**ANEXO I**  
ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS



MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001 - 40  
SÓCIO/ADM: MANOEL BULHOSA FERNANDES  
CPF: 185.355.897 - 15

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001 - 40  
SÓCIO/ADM: CAIO MARCOS DE OLIVEIRA  
CPF: 314.499.057 - 49



## ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS - ANS

Visando medir a qualidade e eficácia dos serviços prestados, é estabelecido o presente "Acordo de Nível de Serviços - ANS", que define as condições essenciais para a execução do objeto contratado e a forma pela qual ele será medido, controlado e acompanhado pela CEDAE durante o período de execução do contrato.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1- O contrato a ser celebrado entre a CEDAE e a empresa que se sagrar vencedora no certame licitatório, conterà o denominado "Acordo de Nível de Serviço - ANS", que será parte integrante do instrumento contratual;

1.2 - O Acordo de Nível de Serviço será definido como um pacto firmado entre a CEDAE e a contratada, por meio do qual serão estabelecidas metas de nível de serviço, além das responsabilidades das partes envolvidas;

1.3 - O ANS mostra-se necessário para viabilizar a própria contratação, imprimindo maior dinamismo na responsabilização da CONTRATADA por eventuais infrações contratuais, refletindo em uma prestação de serviços mais eficiente;

1.4 - A CEDAE poderá alterar os procedimentos de metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

### 2. DO ESCOPO DO SERVIÇO

#### 2.1- Descrição do Serviço:

2.1.1 - Locação de 09 (nove) contêineres de escritório com banheiro, para os canteiros das obras em andamento executadas pela Gerência de Obras (GDSG-8) da CEDAE.

2.1.2 - Estima-se, no máximo, em 1.800 km ao ano para transferência entre obras. Considerando uma estimativa que serão deslocados 5 (cinco) contêineres ao mês, perfazendo um percurso de 30 (trinta) km para entrega e devolução de cada contêiner (5 contêineres 12 meses X 30 km = 1.800 km).

2.1.3 - A contratada será sempre a única responsável pela entrega e retirada, como também do deslocamento entre as obras, obedecendo a um interstício de 24 h para comunicação de transferência. Só serão medidos os deslocamentos feitos;

#### 2.2 - Objetivos

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: CAIO MARCOS DE OLIVEIRA  
CPF: 314.499.057-49

Av. Pres. Vargas, 2655, Cidade Nova/Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br



MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: MANOEL BULHOSA FERNANDES  
CPF: 185.355.697-15



2.2.1 - Os contêineres serão transportados até o canteiro da obra em execução, o que garantirá o atendimento às necessidades dos funcionários desta gerência dentro dos padrões de segurança e para proporcionar conforto e privacidade, evitando o afastamento dos colaboradores de seus postos de trabalho.

2.2.2 - Os contêineres trarão praticidade do seu transporte, rapidez e segurança no traslado entre as obras e serviços. Portanto, com a locação dos contêineres de escritório com banheiro não mais utilizaremos abrigos tipo barracas em madeira, que nos custam tempo para montagem e desmontagem, desperdícios e insegurança;

2.3 - Análise de Desempenho do Serviço (Relatórios):

2.3.1 - A CEDAE, através da contratação, objetiva a locação de contêineres. O serviço a ser medido é o quantitativo de contêineres instalados mensalmente, transporte, movimentação de carga e descarga.

2.3.2 - A fiscalização a ser realizada será mensal, com geração de relatórios, que serão fornecidos a contratada, mediante sua solicitação.

2.3.3 - As medições serão realizadas através de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que serão preenchidos pela comissão de fiscalização, nomeada pelo Presidente da CEDAE;

2.4 - Comunicação

2.4.1 - As comunicações entre a contratada e a CEDAE poderão ser realizadas através do e-mail rogerio.dossantosl@cedae.com.br e do telefone (21) 2332-3562, bem como através de protocolos realizados na sede da CEDAE, situada na Avenida Presidente Vargas, 2655, 4º andar - Cidade Nova, Rio de Janeiro-RJ.

2.4.2 - A contratada deverá fornecer idênticos meios de contato à CEDAE, isto é, através de e-mail, telefone de contato ou, ainda, por via presencial.

### 3. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATADO

3.1 - Da fiscalização do contrato

3.1.1 - Os Fiscais do Contrato designados pela CEDAE acompanharão a execução dos serviços prestados, atuando junto ao preposto indicado pela CONTRATADA;

3.1.2 - Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, os Fiscais do Contrato notificarão ao preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos;

3.1.3 - A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação e da reincidência do fato;

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: CAIO MARCOS DE OLIVEIRA  
CPF: 314.499.057-49

Av. Pres. Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br



MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: MANOEL BULHOSA FERNANDES  
CPF: 185.355.897-15



3.1.4 - Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, os Fiscais do Contrato preencherão termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;

3.1.5 - O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento, que ficará sob a guarda dos Fiscais do Contrato;

3.1.5.1 - O direito ao contraditório e ampla defesa será concedido à CONTRATADA através do registro pelo preposto da CONTRATADA, no próprio termo de notificação;

3.1.5.2 - A CONTRATADA poderá apresentar justificativas para a prestação do serviço em menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CEDAE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle;

3.1.5.3 - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da irregularidade, pela CEDAE;

3.1.6 - Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, os Fiscais do Contrato informarão à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço;

3.1.7 - A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelos Fiscais do Contrato, emitirá nf/fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor da medição mensal, os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços apontados pela CEDAE;

3.1.8 - Os Fiscais do Contrato, ao receber da CONTRATADA a nf/fatura mensal para ateste, somente o farão quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados, quando houver;

3.1.9 - Verificada a regularidade da nf/fatura, os Fiscais do Contrato juntarão a estas os termos de notificação produzidos no período, e os encaminharão para pagamento.

### 3.2 - Dos indicadores do nível do serviço prestado

3.2.1 - Para cada espécie de infração – branda, moderada ou grave, será atribuída uma determinada pontuação à CONTRATADA, na forma da tabela abaixo:

Tipo	Ocorrência	Pontuação
Branda	1. Tempo de resposta para o atendimento entre 1h e 2h após receber comunicado (via telefone) sobre o não atendimento para transporte do contêiner para outro local de obra; 2. Entrega da fatura fora do período previsto.	01 Ponto
Moderada	1. Tempo de resposta para o atendimento entre 3h e 4h após receber comunicado (via telefone) sobre o não atendimento para transporte do contêiner para outro	03 Pontos

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.  
CEP 20210-030. www.cedae.com.br

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: MANOEL BULHOSA FERNANDES  
CPF: 185.355.697-15

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: CAIO MARCOS DE OLIVEIRA  
CPF: 314.499.057-49





Tipo	Ocorrência	Pontuação
	local de obra.	
Grave	1. Tempo de resposta para o atendimento entre 5h e 6h após receber comunicado (via telefone) sobre o não atendimento para transporte do contêiner para outro local de obra.	06 Pontos
Gravíssima	1. Tempo de resposta para o atendimento superior a 6h após receber comunicado (via telefone) sobre o não atendimento para transporte do contêiner para outro local de obra.	09 Pontos

### 3.3 - Da faixa de ajuste no pagamento

3.3.1 - A depender da totalização da pontuação acumulada pela CONTRATADA ao longo do período da medição em faturamento, serão realizados descontos na fatura mensal devida pela CEDAE, escalonando-se os percentuais de dedução conforme tabela abaixo:

PONTUAÇÃO	AJUSTE
02 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
06 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal
07 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal
08 pontos	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal
09 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal

3.3.2 - Para que seja feito o desconto percentual da fatura, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

3.3.2.1 - Verificando a existência de irregularidade na prestação dos serviços, a Comissão de Fiscalização notificará a contratada para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos o prazo de 3 (três) dias corridos;

3.3.2.2 - A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CEDAE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviço;

3.3.2.3 - Em caso de não acolhimento das razões do prestador de serviço pela Comissão de Fiscalização, o desconto na fatura será realizado na forma da tabela acima, em decisão irrecorrível;

3.3.2.4 - Ressalte-se que a inserção das aludidas cláusulas não implicará em prejuízo para a aplicação das penalidades previstas no art. 175 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE, estabelecidas no edital de licitação, diante de eventual descumprimento contratual, além das penalidades específicas.

Av. Pres. Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: MANOEL BULHOSA FERNANDES  
CPF: 185.355.697-15

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO/ADM: CAIO MARCOS DE OLIVEIRA  
CPF: 314.499.057-49





**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**  
(Avaliação da Qualidade dos Serviços)

<b>INDICADOR</b>	
<b>IMR N.º</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	
<b>Meta a Cumprir</b>	
<b>Instrumento de Medição</b>	
<b>Forma de Acompanhamento</b>	
<b>Periodicidade</b>	
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	
<b>Início de Vigência</b>	
<b>Faixa de Ajuste no Pagamento</b>	
<b>Sanções</b>	
<b>Observações:</b>	

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO ADM: MANOEL BULHOSA FERNANDES  
CPF: 185.355.697-15

MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.  
CNPJ: 25.319.752/0001-40  
SÓCIO ADM: CAIO MARCOS DE OLIVEIRA  
CPF: 314.489.057-49



Gerência de Acompanhamento dos Instrumentos de Licenciamento Ambiental, da Diretoria de Pós-Licença, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/002/004695/2019.

**NOMEAR MARCELO DOS SANTOS FIGUEIREDO**, ID FUNCIONAL Nº 5098458-6, para exercer, com validade a contar de 14 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Gerente, símbolo DAS-7, da Gerência de Acompanhamento dos Instrumentos de Licenciamento Ambiental, da Diretoria de Pós-Licença, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Paulo Henrique Zúrate Ferreira, ID Funcional nº 2148083-4. Processo nº SEI-07/002/004695/2019.

**NOMEAR ALEXANDRE SILVA PIMENTA** para exercer, com validade a contar de 14 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo DAS-8, da Assessoria Técnica, da Diretoria de Pós-Licença, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Fabiana Coelho da Silva Quintanilha, ID Funcional nº 4274288-9. Processo nº SEI-07/002/004695/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 14 de novembro de 2019, **GABRIEL CARVALHO DE MELLO**, ID FUNCIONAL Nº 50890280, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-5, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, Processo nº SEI-07/002/004695/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 19 de novembro de 2019, **MATHEUS COUTINHO FERREZ**, ID FUNCIONAL Nº 50890280, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, Processo nº SEI-18/007/002884/2019.

**NOMEAR MATHEUS COUTINHO FERREZ**, ID FUNCIONAL Nº 50890280, para exercer, com validade a contar de 19 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente I, símbolo DAI-6, da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM/RJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Luciano de Oliveira Lima, ID Funcional nº 5094256-5. Processo nº SEI-18/007/002884/2019.

**NOMEAR DANIELLE EZEQUIEL DE MORAIS**, ID FUNCIONAL Nº 4359405-5, para exercer, com validade a contar de 18 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Vitimização e Amparo à Pessoa com Deficiência, anteriormente ocupado por Walter Teixeira da Silva Júnior, ID Funcional nº 2268852-6. Processo nº SEI-38/001/043803/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 18 de novembro de 2019, **DANIELLE EZEQUIEL DE MORAIS**, ID FUNCIONAL Nº 4359405-5, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Vitimização e Amparo à Pessoa com Deficiência, Processo nº SEI-31/003/001776/2019.

**NOMEAR CELSO HENRIQUE PIRES DA FONSECA**, ID FUNCIONAL Nº 5078451-0, para exercer, com validade a contar de 14 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-5, da Secretaria de Estado de Vitimização e Amparo à Pessoa com Deficiência, anteriormente ocupado por Fabio Mattani Poubel. Processo nº SEI-38/001/043800/2019.

**NOMEAR ANA CAROLINA SANTIAGO TEIXEIRA** para exercer, com validade a contar de 19 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Adjunto I, símbolo DAI-1, da Secretaria de Estado de Vitimização e Amparo à Pessoa com Deficiência, anteriormente ocupado por Cláudio de Jesus da Silva, ID Funcional nº 5098166-8. Processo nº SEI-38/001/044031/2019.

**TORNAR SEM EFEITO** o Ato de 13 de novembro de 2019, publicado no D.O. de 14/11/2019, que exonou **VANILDO SENA LEMOS**, ID FUNCIONAL Nº 2268873-6, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Vitimização e Amparo à Pessoa com Deficiência, por solicitação do titular da pasta. Processo nº SEI-38/001/043807/2019.

**TORNAR SEM EFEITO** o Ato de 13 de novembro de 2019, publicado no D.O. de 14/11/2019, que exonou **SIMONE DE ALMEIDA DA SILVA**, Major PM, ID Funcional nº 2345388-9, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Vitimização e Amparo à Pessoa com Deficiência, Processo nº SEI-38/001/043807/2019.

**TORNAR SEM EFEITO** o Ato de 13 de novembro de 2019, publicado no D.O. de 14/11/2019, que exonou **EDINEIA MALAVOLIS SACRAMENTO**, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Vitimização e Amparo à Pessoa com Deficiência. Processo nº SEI-38/001/043807/2019.

**NOMEAR SANDRA VALÉRIA FERREIRA BAPTISTA**, ID FUNCIONAL Nº 50989030, para exercer, com validade a contar de 31 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, anteriormente ocupado por Rafael Camelo Fidalgo, ID Funcional nº 5104500-1. Processo nº SEI-22/002/004908/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 31 de outubro de 2019, **RAFAEL CAMELO FIDALGO**, ID FUNCIONAL Nº 5104500-1, do cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda. Processo nº SEI-22/002/004906/2019.

## DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019

**“O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA**, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.844, de 08/03/2007,

## RESOLVE:

**TORNAR SEM EFEITO** a nomeação de **DOUGLAS ARAUJO DA SILVA** efetuada pelo Decreto Coletivo de 05 de novembro de 2019, publicado no D.O. de 05/11/2019, para exercer o cargo em comissão de Adjunto I, símbolo DAI-1, do (Projeto Segurança Presente), da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, em vaga resultante da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46807, de 25/10/2019. Processo nº SEI-15/001/041505/2019.

\*Replicado por ter sido com incorreções no D.O. de 22/11/2019.

 APOSTILA DO SECRETÁRIO  
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

**ATO DE 18/10/2019 - D.O. DE 21/10/2019** - Fica retificado para **ALINE MONTENEGRO PINTO NARCISO**, ID FUNCIONAL Nº 4393248-5, o nome da servidora a quem se refere o presente Ato de exoneração, a pedido, do cargo em comissão Assistente, símbolo DAS-6, da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, bem como, esclarecido que a validade da exoneração, produzirá efeitos a contar de 17 de outubro de 2019.

Id: 2222787

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA**  
**SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**ATOS DA DIRETORIA-GERAL**

**PORTARIA SECCG/DGAF Nº 176 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019.**  
**INSTITUI A COMISSÃO PARA FISCALIZAÇÃO,**  
**TRATATIVAS DE RECEBIMENTO E VISTORIA**  
**DO BEM MÓVEL QUE MENCIONA.**

**A DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 42.836, de 03 de fevereiro de 2011 e Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, A Resolução Casa Civil nº 428 de 30/08/2016 e tendo em vista o consorte no Processo Administrativo nº SEI-12/001/025778/2019; e

**CONSIDERANDO** a necessidade, por eficiência, de realizar o acompanhamento, a fiscalização, a gestão, tratativas de recebimento e vistoria do bem móvel que menciona,

## RESOLVE:

**Art. 1.º** - Instituir e consolidar a composição da Comissão Fiscalizadora, Tratativas de Recebimento e Vistoria de Bens Móveis, referente à aquisição do Trator Cortador de Grama, para atender demanda da Ilha de Brocolli, adquirido pela empresa Triatel Ferramentas e Equipamentos LTDA Libart Services e Locação Eirelli EPP, designando os servidores, abaixo, para sem prejuízo de suas atribuições, realizarem o acompanhamento, a fiscalização, a gestão, tratativas de recebimento e vistoria do bem móvel que menciona:

## GESTOR:

Ney Fernando de Melo Neves Filho, ID 1906807-7.

## FISCAIS:

Renata Napolis Fonte, ID 5096770-3;  
Aldo Barboza de Siqueira, ID 5007517-9; e  
Daniel Miranda Silva, ID 5003251-8.

**Art. 2.º** - A Comissão deverá realizar as tratativas de entrega do bem móvel com a empresa, acompanhar os prazos de entrega, recebimento, efetuar testes no equipamento, atestar a nota fiscal, encaminhar a nota fiscal para pagamento, acompanhar a inclusão do bem ao Patrimônio, realizar a entrega na Ilha de Brocolli, e o que mais se fizer necessário para aquisição do bem.

**Art. 3.º** - Esta Comissão Temporária, terá seu término após a entrega do bem móvel na Ilha de Brocolli, através de declaração assinada, incluída no Processo.

**Art. 4.º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2019

**VIVIANE CARVALHO**  
Diretora-Geral de Administração e Finanças

**PORTARIA SECCG/DGAF Nº 177 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019**

**ALTERA A COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE MENCIONA.**

**A DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 42.836, de 03 de fevereiro de 2011 e Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e tendo em vista o consorte no Processo Administrativo nº SEI-12/002/004720/2019, e

**CONSIDERANDO**, a necessidade, por eficiência, de consolidar o acompanhamento, a fiscalização, a gestão, e execução de contratos;

## RESOLVE:

**Art. 1.º** - Alterar a composição da Comissão, instituída pela Portaria DGAF nº 170, de 10.09.2019, destinada ao Gestão e Fiscalização dos Contratos de Propaganda e Publicidade nº 01/CC/SSCS/2016 da AGENCIA 3 COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA, nº 02/CC/SSCS/2016 da Agência BINDER + FC COMUNICAÇÃO LTDA, nº 004/CC/SSCS/2016 da Agência ARTPLAN COMUNICAÇÃO S/A, nº 05/CC/SSCS/2016 da Agência AGENCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA e nº 06/CC/SSCS/2016 da AGENCIA PROPEG COMUNICAÇÃO S/A.

**Art. 2.º** - Fica instituída e consolidada a equipe de Fiscalização Contratual dos Contratos nº 01/CC/SSCS/2016, nº 02/CC/SSCS/2016, nº 004/CC/SSCS/2016 e nº 05/CC/SSCS/2016 e nº 06/CC/SSCS/2016, designando os servidores abaixo, para sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, principalmente o que consta no art. 13 (DA FISCALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES).

Marcia Bueno Ferreira Natal Batista, ID 1938106-9;  
Aglaer Carvalho Giangiarulo de Aguiar, ID 2118847-5; e  
Fernanda Moreno de Oliveira Franco, ID 5104462-5.

**Art. 3.º** - Fica designada e consolidada como Gestora dos Contratos nº 01/CC/SSCS/2016, nº 02/CC/SSCS/2016, nº 004/CC/SSCS/2016, nº 05/CC/SSCS/2016 e nº 06/CC/SSCS/2016, a servidora Carla Velho Azevedo, ID funcional 5101877-2, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, principalmente o que consta no art. 12 (DA GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES).

**Art. 4.º** - Designa o servidor Leonardo Bronze, ID 435292-0, para substituir o Gestor dos Contratos nº 01/CC/SSCS/2016, nº 02/CC/SSCS/2016, nº 004/CC/SSCS/2016, nº 05/CC/SSCS/2016 e nº 06/CC/SSCS/2016, em casos de possíveis impedimentos e período de gozo de férias, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas no art. 12 do Decreto nº 45.600/2016.

**Art. 5.º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2019

**VIVIANE CARVALHO**  
Diretora Geral de Administração e Finanças

Id: 2222696

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE**

**PORTARIA PR-Nº 248 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019**

**DESIGNA SERVIDORES PARA OS FINS QUE MENCIONA.**

**O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO**, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº E-12/079/454/2019,

## RESOLVE:

**Art. 1.º** - Designar **CINARA MARTINS MATTOS**, Chefe da Divisão Administrativa, matr. 1829, **SÉRGIO ANDRÉ CLEMENTINO DE CASTRO PESSOA**, Chefe do serviço de Atividades Auxiliares, matr. 1947, **MIGUEL RIBEIRO BAPTISTA**, Chefe da Seção de Apoio Administrativo, matr.658, para, sob a presidência do primeiro, constituir Comissão com o objetivo de fiscalizar o Contrato nº 16/2019, firmado com a empresa P&P TURISMO LTDA - EPP.

**Art. 2.º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 22 de novembro de 2019

**FRANCISCO VIÉGAS**  
Diretor-Presidente

Id: 2222685

**IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**ATOS DO DIRETOR-PRESIDENTE**

**PORTARIA PR-Nº 249 DE 22 DE NOVEMBRO 2019**

**NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.**

**O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO**, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

**Art. 1.º** - Nomear **SÉRGIO GUILHERME POLICIANO SOARES**, matrícula 1848, com validade a contar de 21 de novembro de 2019, para exercer o Cargo de Confiança de Presidente da Comissão de Licitação, símbolo CC-03, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2.º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 22 de novembro de 2019

**FRANCISCO VIÉGAS**  
Diretor-Presidente

**PORTARIA PR-Nº 250 DE 22 DE NOVEMBRO 2019**

**NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.**

**O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO**, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

**Art. 1.º** - Nomear **CASSIANO JOSÉ PEREIRA**, para exercer o Cargo de Confiança de Assistente de Diretoria, símbolo CC-03, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2.º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 22 de novembro de 2019

**FRANCISCO VIÉGAS**  
Diretor-Presidente

Id: 2222774

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA**  
**CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**  
**DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**ATOS DO PRESIDENTE**

**PORTARIA PRE Nº 763 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019**

**DESIGNA SERVIDORES PARA REALIZAR SINDICÂNCIA.**

**O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ**, no uso das atribuições legais,

## RESOLVE:

**Art. 1.º** - Designar os servidores, abaixo relacionados, para integrar a Comissão de Sindicância, de acordo com o Decreto nº 7.526/84, de 06 de setembro de 1984, combinado com o Decreto nº 41.880/09, de 25 de maio de 2009, que terá por finalidade apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta Portaria, os fatos referentes ao Processo nº SEI-12/211/000030/2019.

**HENRIQUE NASCIMENTO DOS SANTOS** - ID: 4256645-2  
**ALEXANDRE CORREA CORDEIRO** - ID: 5023389-0  
**MARCOS PAULO DE OLIVEIRA TAVARES** - ID: 5100007-5

**Art. 2.º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2019

**GUILHERME TELLES RIBEIRO**  
Presidente

Id: 2222337

**PORTARIA PRE Nº 764 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019**

**CRIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PERMANENTE, PARA APURAR DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - DEA DA OPERADORA OI/TELEMAR E DA OUTRAS PROIDENCIAS.**

**O PRESIDENTE DO PRODERJ - CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais, e o que consta no Processo Administrativo nº SEI-12/211/000036/2019,

## RESOLVE:

**Art. 1.º** - Criar Comissão de Sindicância Permanente, para apuração de responsabilidade dos pagamentos de DEA - Despesas de Exercícios Anteriores, junto a operadora Oi/Telemar.

**Art. 2.º** - Ficam designados para compor a Comissão de Sindicância Permanente, para apuração de responsabilidade dos pagamentos de DEA - Despesas de Exercícios Anteriores, junto a operadora Oi/Telemar, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros:

**HENRIQUE NASCIMENTO DOS SANTOS** - ID nº 004256645-2;  
**ALEXANDRE CORREA CORDEIRO** - ID 005023389-0  
**THIAGO AUGUSTO SOARES** - ID nº 005100079-2.

**Art. 3.º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria PRE nº 755, de 01 de outubro de 2019.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2019

**GUILHERME TELLES RIBEIRO**  
Presidente

Id: 2222338

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

**ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE**

**DE 19/11/2019**

**DESIGNA PAULO CESAR DE MENEZES DA PAZ**, Técnico de Saneamento II, como presidente **LUIS ANTONIO SIMÕES PEREIRA**, Agente de Saneamento G e **DENISE MARIA CARNEIRO**, Agente Administrativo F, como membros titulares e **EUGENIO CARLOS FERNANDES**, Agente de Saneamento I, como membro suplente, Gerente do Contrato **ANA TEREZA SOUZA MARTINS**, Agente Administrativo F e **CARLOS EDUARDO F. FERREIRA**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE 09 (NOVE) CONTÊINERES DE ESCRITÓRIO COM BANHEIRO, PARA OS CANTOIS DE OBRA DA GERÊNCIA DE OBRAS DA DIRETORIA DE SANEAMENTO E GRANDE OPERAÇÃO - GDSG-8, de que trata o Processo nº E-07/100.344/2019. Ordem de Serviço P/FIS Nº 26.757-00/2019.

Id: 2222555

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

**ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE**  
**DE 21/11/2019**

**DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS**, Agente de Saneamento I, como Presidente e **RONALDO DA SILVA CANAVEZES**, Técnico de Eletromecânica II e **WILSON ELIAS MIGUEL**, Agente de saneamento H, como membros titulares e **WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA**, Técnico Laboratório III, como membro suplente. Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, **JORGE LUIZ DA SILVA**, Assessor de Departamento, como suplente para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "AQUISIÇÃO DE 6 (SEIS) CILINDROS PARA EVAPORAÇÃO DE CLORO LÍQUIDO E INSTALAÇÃO NO EVAPORADOR MODELO 50-200, DE FABRICAÇÃO EVOQUA/UNIT, DA UNIDADE DE CLOROQUAD STA QUANDOU, de que trata o Processo nº E-07/100.535/2019. Ordem de Serviço P/FIS Nº 26.767-00/2019.

Id: 2222556

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

**DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE**  
**DE 21/11/2019**

**PROCESSO Nº E-07/100.171/2019 - HOMOLOGO** a licitação por Pregão Eletrônico nº 329/2019 - ADPR-31, realizado em 22/10/2019.

Id: 2222483



11º, 12º, 14º, 15º, 16º, 20º ROCs (Residências de Obras e Conservação) -  
PROCESSO Nº E-16/002/006.768/2019

A **ASSESSORIA DE LICITAÇÕES** torna público que, após análise efetuada pela Comissão de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia referente aos documentos de Habilitação, foi considerada HABILITADA para continuar participando deste processo licitatório a empresa 02 - HASHIMOTO MANUTENÇÃO ELÉTRICA E COMÉRCIO LTDA. Quanto as empresas 01 - OTIMTEK ENGENHARIA E MANUTENÇÃO EIRELI descumpriram o disposto nos subitem 8.3.2.1; 9.3.2; 9.3.5 e 9.5.2; 03 - YORK SERVIÇOS LTDA descumpriram o disposto no subitem 9.3.1, sendo as mesmas consideradas INABILITADAS. Desta forma fica estipulado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, o qual se encerra no dia 02 DE DEZEMBRO DE 2019, ÀS 16:00 HORAS.

Id: 2222612

## Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS  
E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO  
COMISSÃO DE PREGÃO

#### AVISOS

A **EQUIPE DE PREGÃO ELETRÔNICO** da FUNDAÇÃO CEPERJ torna público que, nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto Estadual nº 31.864/02 e da Lei Federal nº 8.666/93 fará realizar no Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro / SIGA a licitação, abaixo relacionada:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019**

**TIPO:** Menor Preço Global

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação de concurso público e/ou processo seletivo e outras matérias de interesse em jornal de grande circulação diária em território estadual, à medida que se torne necessária publicidade de tais expedientes, para as atividades da Fundação CEPERJ.

**LIMITE ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 05/12/2019, às 14:00h.

**DATA DE ABERTURA E REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** 05/12/2019, às 15:00h.

**PROCESSO Nº SEI-12/218/000013/2019.**

O Edital e seus Anexos estarão à disposição dos interessados, cadastrados no sistema eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) e no site da CEPERJ [www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br), onde poderão obter todas as informações sobre as Licitações. Maiores informações poderão ser solicitadas através do e-mail [pregao@ceperj.rj.gov.br](mailto:pregao@ceperj.rj.gov.br) ou pelo telefone (021) 2334-7146.

A **EQUIPE DE PREGÃO ELETRÔNICO** da FUNDAÇÃO CEPERJ torna público que, nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto Estadual nº 31.864/02 e da Lei Federal nº 8.666/93 fará realizar no Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro / SIGA a licitação, abaixo relacionada:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2019.**

**TIPO:** Menor Preço Global

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento de concurso, visando o gerenciamento integrado de dados e informações, que contemple os procedimentos administrativos identificados pela CONTRATANTE conforme a necessidade de concurso e/ou processo seletivo específicos, para as atividades da Fundação CEPERJ.

**LIMITE ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 05/12/2019, às 10:00h.

**DATA DE ABERTURA E REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** 05/12/2019, às 11:00h.

**PROCESSO Nº SEI-12/218/000011/2019.**

O Edital e seus Anexos estarão à disposição dos interessados, cadastrados no sistema eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) e no site da CEPERJ [www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br), onde poderão obter todas as informações sobre as Licitações. Maiores informações poderão ser solicitadas através do e-mail [pregao@ceperj.rj.gov.br](mailto:pregao@ceperj.rj.gov.br) ou pelo telefone (021) 2334-7146.

Id: 2222636

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS  
E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO  
D.O. de 16.10.2019  
PÁGINA 23 - 1ª COLUNA

#### EDITAL

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2019 - CEPERJ

CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS EVENTUAIS, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, PARA COMPOR CADASTRO PARA ATUAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO

#### SUBITEM 3.5

Onde se lê:

3.5. Os critérios de avaliação para seleção dos candidatos serão:

a) Coordenador Geral, Coordenador Setorial e Executor: ensino superior completo;

b) Itinerante e Fiscal: ensino médio completo;

c) Fiscal Ledor: ensino superior completo;

d) Interpretador de Libras: ensino superior completo; domínio da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa; domínio do inglês ou espanhol (caso necessário). É necessário ter formação na Língua Brasileira de Sinais, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, exigindo-se certificado, em momento oportuno;

e) Apoio de Escola e Porteiro de Escola: ensino fundamental completo.

3.6. Poderá se inscrever para a função de Interpretador de Libras, a pessoa que não tenha domínio dos idiomas inglês ou espanhol. Porém, esta será convocada somente para as provas que não exigem tal aptidão...

Leia-se:

3.5. Os critérios de avaliação para seleção dos candidatos serão:

a) Coordenador Geral, Coordenador Setorial e Executor: ensino superior completo;

b) Itinerante e Fiscal: ensino médio completo;

c) Fiscal Ledor: ensino superior completo;

d) Interpretador de Libras: ensino médio completo; domínio da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa; domínio do inglês ou espanhol (caso necessário). É necessário ter formação na Língua Brasileira de Sinais, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, exigindo-se certificado, em momento oportuno;

e) Apoio de Escola e Porteiro de Escola: ensino fundamental completo.

3.6. Poderá se inscrever para a função de Interpretador de Libras, a pessoa que não tenha domínio dos idiomas inglês ou espanhol. Porém, esta será convocada somente para as provas que não exigem tal aptidão...

Id: 2222639

### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

#### EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 159/2019 (DSG).

**PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a MAC MÓDULOS HABITACIONAIS LTDA.

**OBJETO:** LOCAÇÃO DE 09 (NOVE) CONTÊINERES DE ESCRITÓRIO COM BANHEIRO, PARA OS CANTOIS DE OBRA DA GERÊNCIA DE OBRAS DA DIRETORIA DE SANEAMENTO E GRANDE OPERAÇÃO - GDSG-8.

**PRAZO:** 12 (doze) meses.

**VALOR:** R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais).

**DATA DE ASSINATURA:** 13/11/2019.

**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.344/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 637/2019.

Id: 2222558

### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

#### EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 107/2019 (DSG).

**PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a PLANOJA HIDROTECNOLOGIA LTDA.

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE 08 (OITO) CILINDROS PARA A EVAPORAÇÃO DE CLORO LÍQUIDO E INSTALAÇÃO NO EVAPORADOR MODELO 50-200, DE FABRICAÇÃO EVOGUAW&T, DA UNIDADE DE CLORINAÇÃO DA ETA GUANDU.

**PRAZO:** 90 (noventa) dias.

**VALOR:** R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

**DATA DE ASSINATURA:** 13/11/2019.

**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.535/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019 (DSG).

Id: 2222559

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 058/2019 (DSG).

**PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a FLAVIANE TERRAPLANAJEM E LOCAÇÃO LTDA.

**OBJETO:** Alteração da razão social da FLAVIANE TERRAPLANAJEM E LOCAÇÃO LTDA, para JF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

**PRAZO:** Sem alteração do prazo contratual.

**VALOR:** Sem alteração do valor contratual.

**DATA DA ASSINATURA:** 18/11/2019.

**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-07/100.308/2018 (Dispensa de Licitação nº 003/2019 - DRM).

Id: 2222557

### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

#### AVISO

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** CN Nº 009/2018

**OBJETO:** MELHORIA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA EM DIVERSAS LOCALIDADES NO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO.

**A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES** comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao), a ERATA Nº 7 ao Edital.

Id: 2222535

## Secretaria de Estado de Fazenda

### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 022/2017 - Termo Contratual nº 059/2019.

**PARTE:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através do FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDARIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa P&P TURISMO EIRELI EPP.

**OBJETO:** A prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 022/2017, relativo à prestação de serviços contínuos de Agência de

Viagens, consistindo em: reserva, marcação, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional; reserva em hotéis e reserva de aluguel de veículos no Brasil e exterior; reserva de afretamento de aeronaves no Brasil e exterior; emissão de seguro de assistência em viagem internacional; e demais serviços correlatos, para atender às necessidades dos órgãos e entidades da administração pública do Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com a descrição contida no Termo de referência (anexo I) e na Ata de Registro de Preço (Anexo II), ambos partes integrantes do documento Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 19/2016, com o fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666 de 1993 e na Clausula Segunda, Parágrafo Primeiro do Contrato.

**PRAZO:** 12 (doze) meses, contados a partir de 26/11/2019.

**VALOR:** R\$ 437.500,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentos reais).

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 2061.04.123.0002.2453.

**NATUREZA DAS DESPESAS:** 3390.39.02.

**NOTA DE EMPENHO:** 2019NE0806.

**DATA DA ASSINATURA:** 21/11/2019.

**FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666/1993

**PROCESSO Nº E-04/056/133/2017.**

Id: 2222406

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR  
PETRÓPOLIS AFR 39.01

#### EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AFR 39.01 - PETRÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, vem NOTIFICAR o contribuinte para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação deste edital, atender a Intimação nº 523811-11/3, que se encontra à disposição na sede da repartição fiscal, à Rua Paulo Barbosa, nº 110, 2º e 3º andares - Centro - Petrópolis/RJ, por solicitação do Auditor Fiscal da Receita Estadual Hélio Rosa da Silva, ID.1.950.246-0.

Intimação:	523811-11/3
Empresa:	INDUSTRIA E COMERCIO DE BISCOITOS CASEIROS JR LTDA
Endereço:	RUA PERCILIANA RITA DE JESUS, nº 1000 - METRAMA - SAPUCAIA - RJ
Inscrição Esta-	79.706.612
dual:	

Id: 2222471

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL REGIONAL 64.09

#### EDITAL

Ficam os sócios, abaixo citados, solicitados a comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data desta publicação, para tomar ciência das exigências contidas no processo abaixo mencionado. O processo encontra-se na sede desta repartição fiscal, localizada na Av. Erasmo Braga, 118/2º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Processos nº E-04/006/2493/2015 e nº E-04/006/2494/2015  
Razão social: IRMAOS FLU MAT. ESPORT. E ARTIGOS PARA DANÇA LTDA ME.

Inscrição Estadual nº 78.826.843

Assunto: AUTOS DE INFRAÇÃO

Nº 03.480603-4

Nº 03.480604-2

Sócio: ANA LETICIA TRABONE CESAR

Endereço: AV LUCIO COSTA, Nº 3100 CASA 87 RIO DE JANEIRO - RJ

Sócio: RAFAEL CUPELLO COLONESI DA ROSA

Endereço: AV LUCIO COSTA, Nº 3100 CASA 87 RIO DE JANEIRO - RJ

Id: 2222353

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** 1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica nº 22/2017. **PARTE:** Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA e o Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cambuclí. **OBJETO:** Prorrogação do prazo contratual. **DATA DA ASSINATURA:** 23/10/2019. **PRAZO:** 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 23/10/2019. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E01/060/1581/2015.**

Id: 2222593

## Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### AVISO

**AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** comunica aos interessados que em sede de Reunião Interna Ordinária, o Conselho Diretor decidiu revogar a atribuição temporária dos assuntos relacionados à Regulação e Fiscalização da CEDAE à Câmara de Resíduos Sólidos - CARES.

Id: 2222302

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### AVISO

A **AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGENERSA** torna público, para conhecimento dos interessados, que foram arquivados, em Reunião Interna do Conselho-Diretor de 22/10/2019, os seguintes Processos Regulatórios:

Nº Processo nº	Interessado	Relator
1. E-22/007.253/2019	CEDAE	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo
2. E-12/003.082/2018	CEG E CEG RIO	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo
3. E-22/007.460/2019	ÁGUAS DE JUTUR-NAIBA	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo
4. E-12/003.074/2018	PROLAGOS	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo
5. E-12/003.100062/2018	CEG E CEG RIO	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo
6. E-12/003.154/2017	PROLAGOS	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo
7. E-12/003.100055/2018	CEG E CEG RIO	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo
8. E-22/007.461/2019	ÁGUAS DE JUTUR-NAIBA	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo
9. E-33/100.079/SEPLANIG/2006	CEG	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo
10. E-12/003.257/2016	CEG	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo

11. E-12/003.100092/2018	ÁGUAS DE JUTUR-NAIBA	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo
12. E-12/003.100086/2018	CEDAE	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo
13. E-12/003.072/2018	ÁGUAS DE JUTUR-NAIBA	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo
14. E-12/003.100063/2018	CEG	Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo
15. E-12/003.100080/2018	CEDAE	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
16. E-12/003.540/2014	ÁGUAS DE JUTUR-NAIBA	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
17. E-12/003.062/2018	ÁGUAS DE JUTUR-NAIBA	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
18. E-12/003.100011/2018	ÁGUAS DE JUTUR-NAIBA	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
19. E-12/003.364/2017	CEDAE	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
20. E-12/003.382/2017	CEDAE	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
21. E-12/003.392/2017	CEDAE	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
22. E-12/003.100147/2018	CEDAE	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
23. E-12/003.149/2018	CEDAE	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
24. E-12/003.150/2018	CEDAE	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
25. E-12/003.169/2018	CEDAE	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
26. E-12/003.267/2018	CEDAE	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
27. E-12/003.085/2016	CEG RIO	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
28. E-12/003.362/2016	CEG	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
29. E-12/020.692/2012	PROLAGOS	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
30. E-12/003.216/2017	PROLAGOS	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
31. E-12/003.064/2018	PROLAGOS	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi
32. E-22/007.286/2019	PROLAGOS	Conselheiro Luigi Eduardo Troisi